

Pedido de socorro ao Clube de Paris.

A carta de Galvêas já foi entregue.

Pode ser o início da negociação política da nossa dívida.

Uma carta assinada pelo ministro da Fazenda do Brasil, Ernane Galvêas, dirigida ao presidente do Clube de Paris, Michel Candessus, consultando-o à respeito da possibilidade de abertura de negociações com os membros do Clube, foi entregue ontem.

A carta seguiu quarta-feira, na pasta do ministro Delfim Neto, que nesse caso serviu apenas de mensageiro, uma vez que, protocolarmente, quem solicita negociações junto ao Clube de Paris é o ministro da Fazenda do país devedor.

O ministro Delfim Neto deveria encaminhá-la por canais diplomáticos, ou seja, mediante a intervenção do embaixador brasileiro em Paris. Mas ele resolveu fazer algo mais: marcou uma audiência para hoje com o ministro das Finanças da França, Jacques Déléors (é a França quem preside, em situações informais, a reunião dos países credores). Foi o próprio Déléors quem confirmou o encontro, acrescentando que os governos do Clube de Paris ainda vão examinar o pedido brasileiro, mas adiantando que não é contra a idéia.

O ministro brasileiro, entretanto, resolveu fazer segredo para os jornalistas que o esperavam, ontem, no aeroporto de Orly. Apenas admitiu a possibilidade de seu encontro com o diretor geral do FMI, Jacques de Larosière, com quem discutiria as principais metas da nova carta de intenções do Brasil: déficit público e déficit externo. "Vamos discutir os números de ambas as partes, que já se aproximam", disse.

— O senhor veio com um compromisso fechado? — quis saber um repórter.

— Vim para negociar — respondeu o ministro.

Indagado sobre o recurso ao Clube de Paris, Delfim explicou que só depois dos acordos com os bancos privados e com o FMI (a serem concluídos em outubro) é que as negociações poderão começar.

— Então, o senhor não veio mesmo apelar para o Clube de Paris? — insistiu outro jornalista.

— No momento oportuno, poderei ir. Quando for formalizado em Washington, em meados de outubro, o acordo com o FMI.

— E com Larosière o que vai acontecer?

— Vamos procurar um nível factível para o déficit público e um nível adaptado do crédito interno líquido. Vim dar uma visão global do acordo em discussão.

A fuga

Livrando-se do interrogatório, Delfim tomou uma Mercedes e disparou para a cidade, driblando os jornalistas que, em carros menos possantes, tentavam segui-lo e saber em que hotel ele ficaria. As gerências dos hotéis George V e Prince de Galles, onde o ministro costuma hospedar-se, não confirmavam qualquer reserva feita em seu nome.

Os principais executivos do Clube de Paris, a começar por Michel Candessus, negavam-se a atender o telefone ou mandavam

dizer que o ministro brasileiro "ao que se saiba não tem nenhum encontro marcado aqui".

Numa página interna, o jornal Le Monde anunciou o encontro de Delfim com Larosière, salientando que o ministro do Planejamento "espera obter do FMI o sinal verde para prosseguir as negociações com os bancos internacionais credores do Brasil". Mas, na agência parisiense do Banco Mundial, a informação corrente esta tarde era de que Larosière estava em Washington. Delfim deverá voltar sábado ao Brasil.

O que acontecerá

Em todo caso já é certo que o governo brasileiro está, nesse momento, solicitando uma reunião com os membros do Clube de Paris — representantes de governos e instituições oficiais — para reescalonar sua dívida com eles.

Os próximos passos protocolares nessa questão são os seguintes: o presidente do Clube de Paris terá de acusar o recebimento da carta e, em seguida, pôr em marcha um processo de consultas informais aos membros do Clube para dar a devida resposta à própria consulta do ministro Galvêas.

Em seguida, se essa primeira parte correr bem, o presidente Candessus terá 30 dias para convocar a reunião.

Uma vez havendo concordância do Clube em abrir negociações com o Brasil, fica implícito que o País estará dispensado de pagar as parcelas das dívidas que vencem enquanto se processam as negociações.

Os pagamentos brasileiros aos membros do Clube de Paris, neste ano, alcançariam o total de 500 milhões de dólares, parte dos quais já foram pagos.

Os débitos diretos do Brasil para com os membros do Clube de Paris não são significativos — menos de 10% da dívida externa, ou seja, oito bilhões de dólares. Mas a qualidade dos membros deste Clube permite que o Brasil dê início a um processo de renegociação no qual estarão envolvidas, também, considerações de natureza política e diplomática. Isso não foi possível fazer, até agora, nem com o FMI nem com os credores privados — que só conversam em termos estritamente financeiros.

Um assessor do ministro Galvêas — em conversa com o jornalista Marco Antonio Rocha — chamou sua atenção para o fato de que, no programa de renegociação aprovado no final do ano passado, no chamado "projeto 2", falava-se em adiamento de 4,6 bilhões de dólares de um total de amortizações de 7,2 bilhões de dólares previstas para o corrente ano. Parte da diferença corresponde ao total de amortizações devidas diretamente aos membros do Clube de Paris. De modo que o que se pretende é uma extensão da regra do "projeto 2" também às amortizações devidas ao Clube de Paris, pelo menos como motivo inicial para a abertura de negociações.

